



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

10/03/2015

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. DECISÕES.....	1 - 2
1.2. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	3 - 4
1.3. JUÍZES.....	5 - 6
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. AÇÕES TJMA.....	7
2.2. DECISÕES.....	8 - 9
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. JUÍZES.....	10 - 11
3.2. VARA DA MULHER.....	12 - 14
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS.....	15
4.2. ASSESSORIA.....	16
4.3. AÇÕES TJMA.....	17 - 19
4.4. DECISÕES.....	20 - 21
4.5. VARA DA MULHER.....	22 - 23
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. AÇÕES TJMA.....	24 - 25
5.2. COMARCAS.....	26
5.3. VARA DA MULHER.....	27 - 28
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. JUÍZES.....	29 - 30
7. JORNAL O QUARTO PODER	
7.1. DECISÕES.....	31 - 32
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. AÇÕES TJMA.....	33
8.2. DECISÕES.....	34 - 36
8.3. EXECUÇÕES PENAIS.....	37
8.4. JUÍZES.....	38 - 39
8.5. VARA DA MULHER.....	40 - 41

Pag. 3

Tribunal de Justiça suspende decisão contra o prefeito Gil Cutrim



Tribunal de Justiça suspende decisão contra o prefeito Gil Cutrim

O Tribunal de Justiça do Maranhão, através da sua 5ª Câmara Cível, tornou sem efeito decisão do juiz da 1ª Vara Cível de São José de Ribamar, Jamil Aguiar da Silva, que, no mês passado, havia determinado o bloqueio dos bens do prefeito Gil Cutrim.

A decisão de Aguiar atendeu uma Ação Civil Pública movida pela promotora de Justiça, Elisabeth Albuquerque, na qual sugere ter havido "irregularidades" na contratação de uma empresa que concluiu, utilizando

recursos de convênio firmado com o estado, a obra de construção da arquibancada coberta do Estádio Municipal Dário Santos, localizado na sede do município e que figura, hoje, como uma das principais praças esportivas da Grande Ilha.

Em seu despacho, o relator do processo, desembargador Raimundo Barros, afirmou não vislumbrar "periculum in mora" para o juízo ter decretado o bloqueio de bens do prefeito, visto que, o mesmo não está no fim do mandato.

Cartão de acesso ao Fórum já está disponível na loja do Advogado

A Diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Maranhão, comunica que o cartão de acesso às dependências do Fórum Desembargador Sarney Costa (medida prevista no protocolo de segurança implantado no mês de janeiro, pela diretoria Fórum).

Pág. 3

Cartão de acesso ao Fórum já está disponível na loja do Advogado

A Diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Maranhão, comunica que o cartão de acesso às dependências do Fórum Desembargador Sarney Costa (medida prevista no protocolo de segurança implantado no mês de janeiro, pela diretoria Fórum), já está disponível na Loja do Advogado, localizada no prédio sede da OAB/MA no Bairro do Calhau. A aquisição é facultativa, caso o advogado opte pelo uso do cartão permanente. Do contrário, o profissional pode continuar utilizando o cartão oferecido pelo Fórum.

O cartão pode ser adquirido mediante uma taxa (de custo) no valor de R\$ 40,00. Pode recebê-lo o advogado que previamente

preencheu formulário no site da Seccional Maranhense, o www.oab.org.br, e fez o cadastro em uma das duas salas disponibilizadas pela OAB/MA na sede do fórum.

O novo sistema de segurança do Fórum do Calhau foi implantado no dia 20 de janeiro, obrigando servidores, magistrados, membros do Ministério Público, advogados e visitantes a se submeterem a um cadastramento para que possam ter acesso às dependências do local. No início do ano, a Seccional Maranhense promoveu uma audiência pública, com a presença do diretor do fórum, juiz Osmar Gomes, para tratar sobre o tema.

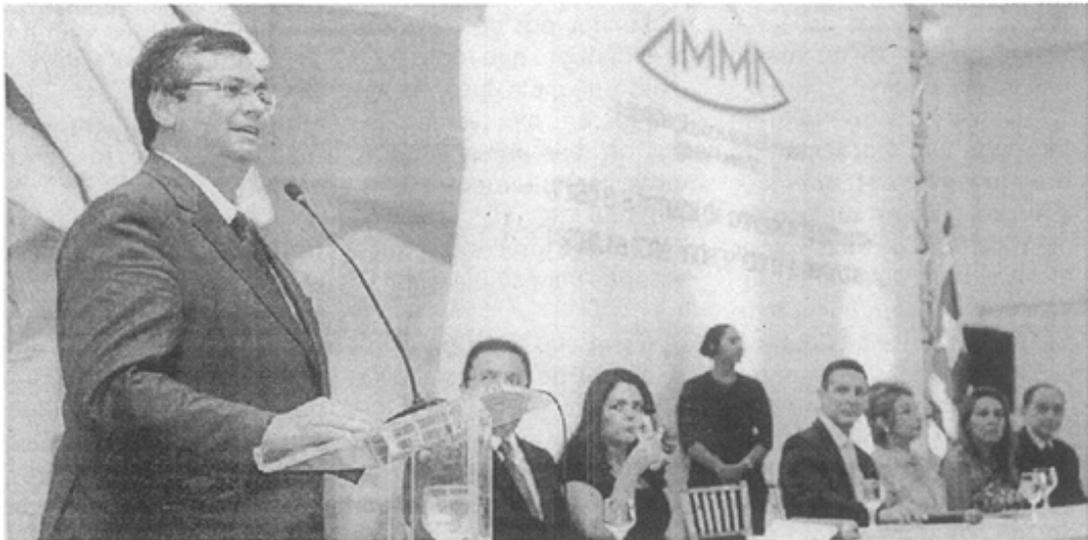
FLÁVIO DINO CRITICA APROVAÇÃO DA PEC DA BENGALA EM SOLENIDADE DA AMMA



A solenidade contou com a presença do governador Flávio Dino, da presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, da corregedora-geral de Justiça, desembargadora Nelma Sarney, dos desembargadores Cleones Cunha, Jamil Gedeon e Lourival Serejo.

Pág. 3

Flávio Dino critica aprovação da PEC da Bengala em solenidade da AMMA



O governador Flávio Dino considera que aumentar em cinco anos a aposentadoria compulsória de magistrados imobiliza a carreira e impede a oxigenação jurisprudencial dos tribunais

A aprovação da PEC 457/2005, conhecida como 'PEC da Bengala', que aumenta o limite da aposentadoria compulsória de 70 para 75 anos, foi criticada pelo governador Flávio Dino, durante a solenidade de posse da nova Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da Associação dos

Magistrados do Maranhão (AMMA), na noite desta sexta-feira. A PEC foi aprovada na última quarta-feira (4), em primeiro turno, pela Câmara Federal.

O governador Flávio Dino considera que aumentar em cinco anos a aposentadoria compulsória de magistrados imobiliza a

carreira e impede a oxigenação jurisprudencial dos tribunais. Além disso, destaca que a aprovação da PEC é contrária à lógica republicana, pois representa um obstáculo à modernização no ambiente do Judiciário.

De acordo com o governador, apenas motivações políticas levaram à apro-

vação da PEC 457/2005. "Nada justifica que alguém, por mais genial e brilhante que seja, exerça uma função eterna nos tribunais superiores. Isso é intolerável", afirmou.

Flávio Dino, que já foi liderança associativa ao presidir a Associação dos Juizes Federais quando do exercício da Magistratura, se mostrou um grande entusiasta da força do associativismo: "creio que a mobilização da Magistratura conseguirá impedir a aprovação da PEC em segundo turno".

A insatisfação com a aprovação da PEC da Bengala também foi destacada no discurso do presidente da AMMA, juiz Gervásio Santos, durante a solenidade de posse. Segundo ele, a aprovação da matéria em primeiro turno na Câmara Federal teve fins casuísticos e sem a necessária análise das suas consequências na prestação jurisdicional.

Tribunal de Justiça lança campanha em prol da mulher vítima de violência

A Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, e a ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), lançam, nesta terça-feira (10), no Tribunal de Justiça, a campanha nacional "Justiça pela paz em casa".

A campanha, idealizada pela ministra do STF, acontece de 9 a 13 de março, com o objetivo de promover a celeridade e a solução de processos criminais e cíveis que tramitam na Justiça estadual nos quais a mulher seja vítima ou parte interessada.

A Campanha mobiliza toda a rede de atendimento à mulher vítima de violência, para priorizar o agendamento do maior número possível de audiências em processos de 1º grau, numa ação conjunta com a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), Ministério Público Estadual (MPE) e Defensoria Pública Estadual (DPE).

Além da realização de júris, audiências e julgamentos, a campanha objetiva combater a violência doméstica contra a mulher priorizando também outros conflitos de seu interesse, como processos de guarda judicial, divórcios, execuções de alimentos, entre outros.



Tribunal de Justiça suspende decisão contra o prefeito Gil Cutrim

O Tribunal de Justiça do Maranhão, através da sua 5ª Câmara Cível, tornou sem efeito decisão do juiz da 1ª Vara Cível de São José de Ribamar, Jailton Aguiar da Silva, que, no mês passado, havia determinado o bloqueio dos bens do prefeito Gil Cutrim. PÁGINA 3

Tribunal de Justiça suspende decisão contra o prefeito Gil Cutrim

O Tribunal de Justiça do Maranhão, através da sua 5ª Câmara Cível, tornou sem efeito decisão do juiz da 1ª Vara Cível de São José de Ribamar, Jamil Aguiar da Silva, que, no mês passado, havia determinado o bloqueio dos bens do prefeito Gil Cutrim.

A decisão de Aguiar atendeu uma Ação Civil Pública movida pela promotora de Justiça, Elisabeth Albuquerque, na qual sugere ter havido "irregularidades" na contratação de uma empresa que concluiu, utilizando recursos de convênio firmado com o estado, a obra de construção da arquibancada coberta do Estádio Municipal Dário Santos, localizado na sede do município e que figura, hoje, como uma das principais praças esportivas da Grande Ilha.

Em seu despacho, o relator do processo, desembargador Raimundo Barros, afirmou não vislumbrar "periculum in mora para o juízo



ter decretado o bloqueio de bens do prefeito, visto que, o mesmo não está no fim do mandato; não está dilapidando seus bens ou mesmo transferindo-os como forma de frustrar a recomposição do erário caso seja julgada procedente a ação de base. Neste momento processual, não é possível se vislumbrar indícios da prática da grave conduta apontada pelo Ministério Público", afirmou o desembargador.

"É precipitado manter a decisão que decretou o blo-

queio dos bens, visto que, não ficaram demonstrados os requisitos autorizadores da liminar perante o juízo de base, posto que o requerido recebeu de modo regular a Ação de Inibição de Exercício de Função Administrativa, nem mesmo mandou citar os requeridos para que os mesmos se manifestassem nos autos processuais. Ainda vale mencionar que o [prefeito] apresentou ao processo licitatório os autos

processuais como forma de rebater as alegações ministeriais", completou Barros.

É importante destacar que a decisão do desembargador beneficia, ainda, o secretário municipal de Obras, Habitação e Serviços Públicos, André Franklin Duailibe da Costa; os membros da Comissão Central de Licitação, Freud Norton Moreira dos Santos (presidente), Cláudia Regina Furtado Vieira e Gissele Chaves Baluz; e os proprietários da Blume Engenharia LTDA, Rafael Blume de Almeida e Antônio Blume de Almeida, que também tiveram os bens bloqueados à pedido do juiz de São José de Ribamar.

Restabelecendo a verdade – Gil Cutrim avaliou a decisão do TJ como o restabelecimento da verdade dos fatos. O prefeito voltou a afirmar que a licitação para contratação da empresa ocorreu de forma transparente e atendendo todos os requisitos estabelecidos em lei.

POLÍTICA

Governador critica aprovação de PEC 457/2005

A aprovação da PEC 457/2005, conhecida como 'PEC da Bengala', que aumenta o limite da aposentadoria compulsória de 70 para 75 anos, foi criticada pelo governador Flávio Dino, durante a solenidade de posse da nova Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da AMMA. - **PAG. 3**

DA BENGALA

Governador critica aprovação de PEC 457/2005

A aprovação da PEC 457/2005, conhecida como 'PEC da Bengala', que aumenta o limite da aposentadoria compulsória de 70 para 75 anos, foi criticada pelo governador Flávio Dino, durante a solenidade de posse da nova Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA). A PEC foi aprovada em primeiro turno, pela Câmara Federal.

O governador Flávio Dino considera que aumentar em cinco anos a aposentadoria compulsória de magistrados imobiliza a carreira e impede a oxigenação jurisprudencial dos tribunais. Além disso, destaca que a aprovação da PEC é contrária à lógica republicana, pois representa um obstáculo à modernização no ambiente do Judiciário.

De acordo com o governador, apenas motivações políticas levaram à aprovação da PEC 457/2005. "Nada justifica que alguém, por mais genial e brilhante que seja, exerça uma função eterna nos tribunais superiores. Isso é intolerável", afirmou.

Flávio Dino, que já foi liderança associativa ao presidir a Associação dos Juizes Federais quando do exercício da Magistratura, se mostrou um grande entusiasta da força do associativismo: "creio que a mobilização da Magistratura conseguirá impedir a aprovação da PEC em segundo turno".

A insatisfação com a aprovação da PEC da Bengala também foi destacada no discurso do presidente da AMMA, juiz Gervásio Santos, durante a solenidade de posse. Segundo ele, a aprovação da matéria em primeiro turno na Câmara Federal teve fins casuísticos e sem a necessária análise das suas consequências na prestação jurisdicional.

"O Poder Judiciário, diferente dos demais Poderes,

não se submete à renovação eleitoral, a sua oxigenação decorre das aposentadorias dos seus membros", disse Gervásio.

Ele fez um agradecimento aos deputados federais maranhenses que votaram contra a PEC e aos que se abstiveram, fazendo um apelo àqueles que votaram pela aprovação da matéria para que repensem a questão quando do segundo turno de votação.

"Retirem do tema a coloração partidária e compreendam que não se trata de nenhum preconceito com os mais velhos, mas apenas permitir que o Judiciário continue a se renovar", afirmou.

Gervásio disse que a Magistratura brasileira tem esperança que o resultado será revertido e que as lideranças associativas vão continuar o trabalho de convencimento.

REPRESENTATIVIDADE

A posse da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da AMMA contou com a presença do governador Flávio Dino, da presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, da corregedora-geral de Justiça, desembargadora Nelma Sarney, dos desembargadores Cleones Cunha, Jamil Gedeon e Lourival Serejo.

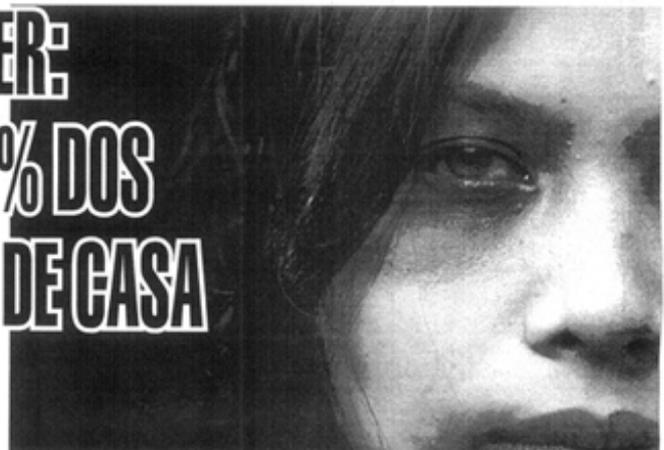
A Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) foi representada pela diretora de Prerrogativas, juíza Hadja Rayanne. Também presentes, o presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo, Ezequiel Turíbio, o 1º vice-presidente, Sérgio Ricardo de Souza, e a vice-presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses, juíza Mônica de Lucca.

O evento contou, ainda, com a presença maciça de juizes federais e estaduais, representantes do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil, defensores públicos e vários segmentos.



Flávio Dino: "A aprovação da PEC é contrária à lógica republicana"

VIOÊNCIA CONTRA MULHER: DADOS MOSTRAM QUE 71% DOS CASOS OCORREM DENTRO DE CASA



Em relação ao tipo de violência contra a mulher, 34,4% são de violência psicológica; 29,2% moral (injúria, difamação) e 24% violência física com lesão corporal. Outro dado mostra que 71% dos casos ocorreram dentro de casa, sendo que houve uso de arma branca (facas e outros objetos perfuro cortantes) em 74 % das situações. Pag.3

Violência contra mulher: Dados mostram que 71% dos casos ocorrem dentro de casa

A Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar de São Luís divulgou nesta segunda-feira (09) o resultado da pesquisa social que mostra o perfil das vítimas e os bairros de maior incidência de casos, além de apontar quem são os principais agressores. A divulgação dos dados integra a campanha nacional "Justiça pela Paz em Casa", que na capital maranhense também inclui um mutirão com 93 audiências referentes a processos judiciais envolvendo casos de violência contra a mulher. A ação será realizada até sexta-feira (13).

O juiz titular da Vara Especial da Mulher, Nelson de Moraes Rêgo, explica que a pesquisa, realizada por uma equipe multidisciplinar, analisou 34% dos processos em tramitação naquela unidade, no período de janeiro a abril de 2014, relativos somente a



Equipe multidisciplinar da vara da mulher

casos de medidas protetivas de urgência, no total de 414 ações judiciais.

Atualmente tramitam na vara cerca de cinco mil processos, dos quais 473 foram distribuídos somente em 2015. Segundo o magistrado, o que leva à violência na maioria dos casos é o inconformismo do agressor pelo fim de um relacionamento. "O desafio de por fim à violência doméstica e familiar contra a mulher é gigante e exige ações e esforços nas mesmas proporções", afirmou Nelson de Moraes Rêgo.

Resultado da pesquisa – segundo a pesquisa, 36% das mulheres em situação de violência, representantes nos processos analisados, tinham entre 26 e 34 anos de idade; 60% eram solteiras, 20% casadas e 15% declararam estar em um relacionamento de união estável.

O estudo também mostra que 24,2% eram donas de casa, 11,11% empregadas domésticas e 5,1% comerciárias. Os dados apontam ainda que 55% tiveram filhos com o agressor. Entre as vítimas, 91% eram maranhenses. A pesquisa também indica que os principais bairros de moradia dessas mulheres são Coroadinho (com 6,3%), seguido do Anjo da Guarda

(4,1%) e São Francisco/Ilhinha (2,9%).

Quanto ao perfil do agressor, os dados revelam que a faixa etária com maior incidência permanece de 26 a 34 anos, com 29,5% dos casos; 61% são solteiros, 20% casados e 13% vivem em união estável. A pesquisa mostra ainda que em 64,5% dos processos foi identificado o exercício de alguma atividade remunerada pelo agressor, sendo as profissões com percentuais mais expressivos as de pedreiro (9,4%), motorista (6,3) e autônomo (4,1%).

Em relação ao tipo de violência contra a mulher, 34,4% são de violência psicológica; 29,2% moral (injúria, difamação) e 24% violência física com lesão corporal. Outro dado mostra que 71% dos casos ocorreram dentro de casa, sendo que houve uso de arma branca (facas e outros objetos perfuro cortantes) em 74 % das situações.

O estudo aponta também que 69% das denúncias que chegam à Justiça são originárias da Delegacia Especial da Mulher; 21% de outras instituições; 10% da Casa de Referência da Mulher; 7%, Defensoria Pública; e 6%

originadas na própria Vara Especial da Mulher. Os dados revelam ainda que 27,5% das medidas protetivas solicitadas pelas vítimas têm por objetivo o distanciamento do agressor, seguida da proibição de manter contato (26,7%) e proibição de frequentar determinados locais como a residência e local de trabalho da vítima (24%). Em 89% dos casos, os processos geraram sentenças, decisões inibitórias.

Motivo – O inconformismo com o fim do relacionamento continua aparecendo como o principal motivador para a prática da violência, pontuando 26,3%, seguido de problemas decorrentes do uso abusivo e dependência de álcool e outras drogas (18,1%) e do ciúme 13,3%. O maior percentual, entretanto, foi alcançado por "outros motivos", com 34,9%.

Outro dado revelador é que em 33% dos casos foi apontado o uso abusivo de álcool e em 19% o uso de drogas. Também verificou-se que 40,1% dos agressores eram ex-companheiros das vítimas, enquanto 17,1% eram companheiros e 12,3%

esposos.

Integram a equipe responsável pela pesquisa, além o juiz Nelson de Moraes Rêgo, as assistentes sociais Danyelle Bitencourt, Joseane Abrantes e Maria José Alves e o psicólogo Raimundo Ferreira Filho.

Entraves – Nelson Rêgo ainda destaca que para romper com a cultura da violência contra a mulher é preciso uma articulação do Judiciário com outras áreas de atuação do poder governamental, a exemplo das políticas públicas de segurança, saúde e educação.

Mutirão – O esforço concentrado para a realização das audiências ao longo desta semana envolve cinco juízes, oito oficiais de Justiça, defensores públicos, advogados e promotores de Justiça, além da equipe de servidores do Fórum de São Luís.

As audiências ocorrem simultaneamente em cinco salas, localizadas no 5º e 7º andares do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau). Atuam no mutirão os magistrados Nelson Rêgo, Gustavo Henrique Silva, Andréa Cysne Frota, Maricélia Costa, Luiz Carlos Licar, além do coordenador juiz Júlio Prazeres.

Agência Brasil



Presidente Gervásio Santos fala das metas para o novo mandato

Posse da diretoria da Amma reúne lideranças nacionais do Judiciário

Foram empossados os novos dirigentes da Associação dos Magistrados do MA

Representantes dos Poderes Executivo e Judiciário e lideranças da magistratura nacional marcaram presença na posse da nova Diretoria e Conselho Fiscal da Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma), para o biênio 2015/2016, na última sexta-feira (6), no salão de eventos do Complexo Social e Esportivo da Amma, no Calhau.

A solenidade contou com a presença do governador Flávio Dino; da presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire; da corregedora-geral de Justiça, desembargadora Nelma Samey, e dos desembargadores Cleones Cunha, Jamil Gedeon e Lourival Serejo.

A Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) foi representada pela diretora de Prerrogativas, juí-

za Hadja Rayanne. Também presentes, o presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo, Ezequiel Turíbio, o 1º vice-presidente, Sérgio Ricardo de Souza, e a vice-presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses, juíza Mônica de Lucca.

Liderança - A juíza Hadja Rayanne, falando pela AMB, também destacou a liderança que o presidente Gervásio Santos exerce não apenas na Magistratura do Maranhão, como também em nível nacional. "Vocês podem se orgulhar do presidente que escolheram".

O presidente Gervásio Santos disse que a primeira motivação para que aceitasse o desafio de um quarto mandato foi a confiança depositada pela classe. "Nunca havia recebido tantos pedidos para que continuasse à frente da Amma. As palavras de incentivo, as críticas sinceras e o reconhecimento do trabalho desenvolvido tiveram peso relevante nesta decisão", declarou.

Mídias digitais

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) agora está compartilhando imagens com o público e a imprensa, por meio do Instagram e Flickr – redes sociais de fotografias. A ideia é intensificar a presença do Judiciário nas mídias digitais.

Prêmio Innovare

Até o dia 14 de maio, os interessados em concorrer ao XII Prêmio Innovare poderão inscrever suas boas práticas no site do instituto, que este ano abriu nova categoria: “Justiça e Categoria”, que aceitará iniciativas de autores não ligados ao meio jurídico.

Especial

Outra novidade é o Prêmio Especial, com o tema: “Redução das ações judiciais do Estado: menos processos e mais agilidade”, objetivando revelar iniciativas que ajudem a desafogar o sistema judiciário. Há ainda as categorias Juiz, Tribunal, Min. Público, Def. Pública e Advocacia.

Rápidas

Campanha do TJ I

A Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, e a ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), lançam, hoje, às 9h, no Salão Nobre do Palácio da Justiça, a campanha nacional "Justiça pela Paz em Casa". A campanha, idealizada pela ministra do STF, acontece de 9 a 13 deste mês, com o objetivo de promover a celeridade e a solução de processos criminais e cíveis que tramitam na Justiça estadual nos quais a mulher seja vítima ou parte interessada.

Campanha do TJ II

A campanha mobiliza toda a rede de atendimento à mulher vítima de violência, para priorizar o agendamento do maior número possível de audiências em processos de 1º grau, numa ação conjunta com a Corregedoria Geral da Justiça, Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública Estadual. Além da realização de júris, audiências e julgamentos, a campanha objetiva combater a violência doméstica contra a mulher priorizando também outros conflitos de seu interesse, como processos de guarda judicial, divórcios, execuções de alimentos, entre outros.

Campanha pela paz em casa

A desembargadora Cleonice Freire, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, e a ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, lançam hoje, às 9h, no Salão Nobre do Tribunal de Justiça, a campanha nacional “Justiça pela paz em

casa”. Idealizada pela ministra, a iniciativa será realizada até o dia 13, com o objetivo de promover a celeridade e a solução de processos criminais e cíveis que tramitam na Justiça estadual nos quais a mulher seja vítima ou parte interessada.

TJ lança campanha em prol da Paz

Hoje, às 9h, no seu Salão Nobre, o Tribunal de Justiça do Maranhão, lança a campanha nacional "Justiça pela paz em casa", que se estenderá até esta sexta, 13. O objetivo é garantir celeridade na solução de processos criminais e cíveis que tramitam na Justiça estadual, nos quais a mulher é vítima ou parte interessada.

TJ suspende decisão que bloqueou os bens do prefeito de Ribamar

Divulgação

Gil Cutrim teve os bens bloqueados em decisão de primeiro grau, após Ação Civil Pública do MP

O Tribunal de Justiça (TJ) do Maranhão tornou sem efeito decisão do juiz da 1ª Vara Cível de São José de Ribamar, Jamil Aguiar da Silva, que, no mês passado, havia determinado o bloqueio dos bens do prefeito Gil Cutrim (PMDB).

A decisão de Aguiar atendeu a uma Ação Civil Pública movida pela promotora de Justiça, Elisabeth Albuquerque, na qual argumenta que houve irregularidades na contratação de uma empresa que concluiu, utilizando recursos de convênio firmado com o estado, a obra de construção da arquibancada coberta do Estádio Municipal Dário Santos, localizado na sede do município.

De acordo com a ação do Ministério Público o pedido para bloqueio dos bens tinha o objetivo de atingir o valor de R\$ 1.887.985,86.

Despacho - Em seu despacho, o relator do processo, desembargador Raimundo Barros, afirmou não haver necessidade de o juiz ter decretado o bloqueio de bens do prefeito porque Gil Cutrim não está no fim do mandato, não está se desfazendo de seus bens ou mesmo transferindo-os como forma de frustrar a recomposição do erário,



Gil Cutrim: bens desbloqueados

rio, caso seja julgada procedente a ação de base. "Neste momento processual, não é possível vislumbrar indícios da prática da grave conduta apontada pelo Ministério Público", afirmou o desembargador.

"É precipitado manter a decisão que decretou o bloqueio dos bens, visto que não ficaram demonstrados os requisitos autorizadores da liminar perante o juízo de base, posto que o referido juízo de base sequer recebeu de modo inicial a Ação de Improbidade Administrativa, nem mesmo mandou citar os requeridos para que os mesmos pudessem se manifestar

“

Sempre estive tranquilo com relação a essa situação e tinha certeza que a verdade seria restabelecida. O que me deixa satisfeito é ver o Dário Santos funcionando a todo vapor, a torcida lotando o estádio”

Gil Cutrim, prefeito de São José de Ribamar

nos autos processuais. Ainda vale mencionar que o agravante [prefeito] apresentou processo licitatório colacionado aos presentes autos processuais como forma de rebater as alegações ministeriais", completou Barros.

Mais

A decisão do desembargador beneficia, ainda, o secretário municipal de Obras, Habitação e Serviços Públicos, André Franklin Duailibe da Costa; os membros da Comissão Central de Licitação, Freud Norton Moreira dos Santos (presidente), Cláudia Regina Furtado Vieira e Gissele Chaves Baluz; e os proprietários da Blume Engenharia LTDA, Rafael Blume de Almeida e Antônio Blume de Almeida, que também tiveram os bens bloqueados a pedido do juiz de São José de Ribamar.

O prefeito Gil Cutrim avaliou a decisão do TJ como o restabelecimento da verdade dos fatos. O prefeito voltou a afirmar que a licitação para contratação da empresa ocorreu de forma transparente e atendendo todos os requisitos estabelecidos em lei.

"Sempre estive tranquilo com relação a essa situação e tinha certeza, e fé em Deus, que a verdade seria restabelecida. O que me deixa satisfeito mesmo é ver o Dário Santos funcionando a todo vapor, a torcida lotando o estádio e desfrutando de uma praça esportiva bem equipada e que é a casa do nosso São José de Ribamar Esporte Clube, o Peixe-Pedra", disse o prefeito.

Liberdade

É ilegal a medida que proíbe a entrada de jornalistas na Câmara Municipal de Araiões.

O entendimento é da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça (TJ) do Maranhão.

Para o desembargador Lourival Serejo - relator do processo - não foram apresentadas provas consistentes que justifiquem o posicionamento da Câmara Municipal em proibir, de forma impositiva, a atuação dos profissionais de jornalismo na Casa Legislativa.

Estudo da Justiça mostra que mulheres estão menos tolerantes à violência em SL

34,4% delas não esperaram ser agredidas para denunciar a violência a que estavam sendo submetidas; pesquisa foi feita em processos de janeiro a abril de 2014

A mulher ludovicense está menos tolerante à violência. Essa é uma das conclusões a que chegou a pesquisa *Violência Doméstica contra a Mulher: Dados Estatísticos da Vara Especializada da Comarca de São Luís*. De acordo com o estudo, a maioria das denúncias é relativa à violência psicológica (34,4%), indicando que, diferente do que ocorria em anos anteriores, a mulher tem conseguido identificar com mais clareza os atos de violência que sofre e denunciado antes que a situação evolua para violência física.

A coleta das informações foi realizada em 414 processos de Medidas Protetivas de Urgência (MPUs), entre ativos e arquivados, distribuídos nos meses de janeiro a abril de 2014, na Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, 34% do total registrado no ano passado. "A mulher está conseguindo identificar a violência psicológica como um ato criminoso", declarou o juiz titular da Vara da Mulher, Nelson Melo de Moraes Rêgo.

A violência psicológica, que é a ação ou omissão destinada a degradar ou controlar as ações, comportamentos, crenças e decisões de outra pessoa por meio de intimidação, manipulação, ameaça direta ou indireta, humilhação, isolamento ou qualquer outra conduta que implique prejuízo à saúde psicológica, à autodeterminação ou ao desenvolvimento pessoal da mulher, aparece como o principal tipo de violência denunciado. "Mas é importante notar que a violência psicológica passa todos os outros tipos de violência, já que sempre há dano emocional para a vítima", destacou o juiz Nelson Rêgo.

Moral - Em seguida, está a violência moral/injúria, apontada em 29,2% dos processos distribuídos nos primeiros quatro meses de 2014. A violência física aparece como a terceira mais citada, representando 24% dos casos. "Isso demonstra que a mu-

Mais

Até sexta-feira, dia 13, acontece no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, um mutirão para a resolução de casos de violência doméstica denominado Semana da Justiça pela Paz em Casa. Ao longo da semana, 93 processos de violência contra a mulher serão julgados. As audiências estão sendo realizadas em cinco salas do Fórum de São Luís.

lher está denunciando as situações de violência antes que cheguem à agressão física. Antes, as denúncias ocorriam principalmente a partir da agressão física", analisou o juiz Nelson Rêgo.

Também chama a atenção o fato de 71% dos casos de violência terem sido praticados dentro de casa. "Mas aqui temos outro dado que requer maior cuidado. 29% dos casos aconteceram em outro ambiente, seja ele público, local de trabalho ou casa de outro familiar ou amigo. Isso significa que a violência contra a mulher excede os limites do lar", observou o titular da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Realidade - Os resultados dessa pesquisa confirmam algumas informações já registradas em estudos anteriores e apresentam um

pouco da realidade da cidade de São Luís, como o fato de a principal motivação das agressões ser o inconformismo dos companheiros com o fim do relacionamento. "Isso é reflexo do sentimento de posse que o homem nutre pela mulher", avalia o juiz Nelson Rêgo. Em 40,1% dos casos, os agressores eram os ex-companheiros das vítimas.

As áreas de periferia da cidade continuam concentrando o maior número de registros, como Coroadinho, Anjo da Guarda e Turu. O que explicaria o porquê de 24,2% das mulheres agredidas serem donas de casa e 11,1%, empregadas domésticas, e, no caso do agressor, pedreiro (9,4%) e motorista (6,3%).

Álcool e drogas - O uso de álcool e substâncias psicoativas são elementos citados pelas mulheres atendidas na Vara da Mulher como influenciadores/estimuladores e intensificadores da violência. Durante a análise dos processos, foi possível identificar maior incidência do uso abusivo de álcool (33%), embora também presente e com significância, o uso de substâncias psicoativas (19%).

Nos casos em que foi registrado o uso de arma durante a prática da violência, o percentual foi de 14% em 2014, apresentando uma discreta elevação em relação aos anos de 2012 e 2013 (12% e 13%, respectivamente). Com relação ao tipo de arma utilizada no episódio violento, em 74% foi utilizada arma branca (objetos perfuro cortantes) e em 26%, arma de fogo.

Editoria de Arte/O Estado

Números

- 34,4%** das denúncias são de violência psicológica
- 29,2%** das denúncias são de violência moral/injúria
- 24%** das denúncias são de violência física
- 71%** das agressões ocorrem dentro de casa
- 24,2%** das vítimas são donas de casa
- 55%** das mulheres têm filhos com o agressor
- 40,1%** dos agressores são ex-companheiros das vítimas
- 33%** dos processos aponta o abuso de álcool



"Justiça pela paz em casa"

A Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, e a ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, lançam, nesta terça-feira (10/03), às 9h, no Salão Nobre do Tribunal de Justiça do Maranhão, a campanha nacional "Justiça pela paz em casa". A campanha, idealizada pela ministra do STF, se estenderá até o dia 13 de março. O objetivo é garantir celeridade na solução de processos criminais e cíveis que tramitam na Justiça estadual, nos quais a mulher é vítima ou parte interessada.

● Campanha

A Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, e a ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), lançam, nesta terça-feira (10), às 9h, no Salão Nobre do Palácio da Justiça, a campanha nacional "Justiça pela Paz em Casa". A campanha, idealizada pela ministra do STF, acontece de 9 a 13 de março, com o objetivo de promover a celeridade e a solução de processos criminais e cíveis que tramitam na Justiça estadual nos quais a mulher seja vítima ou parte interessada.

● Audiências

A Campanha mobiliza toda a rede de atendimento à mulher vítima de violência, para priorizar o agendamento do maior número possível de audiências em processos de 1º grau, numa ação conjunta com a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), Ministério Público Estadual (MPE) e Defensoria Pública Estadual (DPE). Além da realização de júris, audiências e julgamentos, a campanha objetiva combater a violência doméstica contra a mulher priorizando também outros conflitos de seu interesse, como processos de guarda judicial, divórcios, execuções de alimentos, entre outros.

ITAPECURU

Comarca promove ações para melhoria do sistema carcerário

O Município de Itapecuru-Mirim foi sede, na última semana, de uma mobilização promovida entre o Poder Judiciário e órgãos públicos local e estadual com a finalidade de modernizar procedimentos adotados no sistema carcerário e melhorar as ações de segurança pública da comarca.

A iniciativa foi uma parceria entre a Unidade de Monitoramento Carcerário, que tem como coordenador o desembargador José Ribamar Froz Sobrinho, e a

2ª Vara de Itapecuru, que tem como titular a juíza Mirella Freitas. A unidade judicial tem competência para realizar a execução penal na comarca.

Com apoio das secretarias estaduais de Administração Penitenciária (Sejap) e de Segurança Pública (SSP), além de órgãos municipais, as atividades desenvolvidas durante os dias de mobilização resultaram na suspensão de uma Ação Civil Pública, por meio da qual o Ministério Público pedia a interdição da

Delegacia Regional do município. Ficou pactuado que será realizada a reforma emergencial na Delegacia Regional, que passará a contar com mais duas celas.

Outra iniciativa importante que ficou definida durante os trabalhos é a realização de um mutirão carcerário, que será realizado até o dia 13 de março. Durante o mutirão, membros das instituições pactuadas realizarão atividades de análise processual de cada preso, a fim de identificar sua situação. Também haverá remanejamento de

presos já condenados.

Paralelo ao mutirão, acontecerá a análise de bens e armas apreendidos que estão vinculados aos processos. Essa ação contará com o apoio da Delegacia Regional, que vai realizar inventário dos bens apreendidos.

Também participaram das ações a Prefeitura e Câmara de Vereadores de Itapecuru, Associação dos Magistrados, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militares, além de diversos juizes, promotores e defensores públicos.

Vara da Especial da Mulher divulga pesquisa sobre violência doméstica em São Luís

Pag. 11



Vara Especial da Mulher divulga pesquisa sobre violência doméstica em São Luís

A pesquisa indica que os principais bairros de moradia das mulheres vítimas de violência são: Coroadinho (com 6,3%), seguido do Anjo da Guarda (4,1%) e São Francisco/Ilhinha (2,9%)



36% das mulheres em situação de violência tinham entre 26 e 34 anos de idade

A Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar de São Luís divulgou nesta segunda-feira (09) o resultado da pesquisa social que mostra o perfil das vítimas e os bairros de maior incidência de casos, além de apontar quem são os principais agressores. A divulgação dos dados integra a campanha nacional "Justiça pela Paz em Casa", que na capital maranhense também inclui um mutirão com 93 audiências referentes a processos judiciais envolvendo casos de violência contra a mulher. A ação será realizada até sexta-feira (13).

O juiz titular da Vara Especial da Mulher, Nelson de Moraes Rêgo, explica que a pesquisa, realizada por uma equipe multidisciplinar, analisou 34% dos processos em tramitação naquela unidade, no período de janeiro a abril de 2014, relativos somente a casos de medidas protetivas de urgência, no total de 414 ações judiciais.

Atualmente tramitam na vara cerca de cinco mil processos, dos quais 473 foram distribuídos somente em 2015. Segundo o magistrado, o que leva à violência na maioria dos casos é o inconformismo do agressor pelo fim de um relaciona-

onamento. "O desafio de por fim à violência doméstica e familiar contra a mulher é gigante e exige ações e esforços nas mesmas proporções", afirmou Nelson de Moraes Rêgo.

RESULTADO DA PESQUISA - segundo a pesquisa, 36% das mulheres em situação de violência, representantes nos processos analisados, tinham entre 26 e 34 anos de idade; 60% eram solteiras, 20% casadas e 15% declararam estar em um relacionamento de união estável.

O estudo também mostra que 24,2% eram donas de casa, 11,11% empregadas domésticas e 5,1% comerciárias. Os dados apontam ainda que 55% tiveram filhos com o agressor. Entre as vítimas, 91% eram maranhenses. A pesquisa também indica que os principais bairros de moradia dessas mulheres são Coroadinho (com 6,3%), seguido do Anjo da Guarda (4,1%) e São Francisco/Ilhinha (2,9%).

Quanto ao perfil do agressor, os dados revelam que a faixa etária com maior incidência permanece de 26 a 34 anos, com 29,5% dos casos; 61% são solteiros, 20% casados e 13% vivem em união estável. A pesquisa mostra ainda que em

64,5% dos processos foi identificado o exercício de alguma atividade remunerada pelo agressor, sendo as profissões com percentuais mais expressivos as de pedreiro (9,4%), motorista (6,3) e autônomo (4,1%).

Em relação ao tipo de violência contra a mulher, 34,4% são de violência psicológica; 29,2% moral (injúria, difamação) e 24% violência física com lesão corporal. Outro dado mostra que 71% dos casos ocorreram dentro de casa, sendo que houve uso de arma branca (facas e outros objetos perfuro cortantes) em 74% das situações.

O estudo aponta também que 69% das denúncias que chegam à Justiça são originárias da Delegacia Especial da Mulher; 21% de outras instituições; 10% da Casa de Referência da Mulher; 7%, Defensoria Pública; e 6% originadas na própria Vara Especial da Mulher. Os dados revelam ainda que 27,5% das medidas protetivas solicitadas pelas vítimas têm por objetivo o distanciamento do agressor, seguida da proibição de manter contato (26,7%) e proibição de frequentar determinados locais como a residência e local de trabalho

da vítima (24%). Em 89% dos casos, os processos geraram sentenças, decisões inibitórias.

MOTIVO - O inconformismo com o fim do relacionamento continua aparecendo como o principal motivador para a prática da violência, pontuando 26,3%, seguido de problemas decorrentes do uso abusivo e dependência de álcool e outras drogas (18,1%) e do ciúme 13,3%. O maior percentual, entretanto, foi alcançado por "outros motivos", com 34,9%.

Outro dado revelador é que em 33% dos casos foi apontado o uso abusivo de álcool e em 19% o uso de drogas. Também verificou-se que 40,1% dos agressores eram ex-companheiros das vítimas, enquanto 17,1% eram companheiros e 12,3% esposos.

Integram a equipe responsável pela pesquisa, além o juiz Nelson de Moraes Rêgo, as assistentes sociais Danyelle Bitencourt, Joseane Abrantes e Maria José Alves e o psicólogo Raimundo Ferreira Filho.

ENTRAVES - Nelson Rêgo ainda destaca que para romper com a cultura da violência contra a mulher é preciso uma articulação do Judiciário com outras áreas de atuação do poder governamental, a exemplo das políticas públicas de segurança, saúde e educação.

MUTIRÃO - O esforço concentrado para a realização das audiências ao longo desta semana envolve cinco juizes, oito oficiais de Justiça, defensores públicos, advogados e promotores de Justiça, além da equipe de servidores do Fórum de São Luís.

As audiências ocorrem simultaneamente em cinco salas, localizadas no 5º e 7º andares do Fórum Desembargador Samey Costa (Calhau). Atuam no mutirão os magistrados Nelson Rêgo, Gustavo Henrique Silva, Andréa Cysne Frota, Maricélia Costa, Luiz Carlos Licar, além do coordenador juiz Júlio Prazeres.

PEC DA BENGALA
Flávio Dino critica
projeto que altera tempo
de aposentadoria
POLÍTICA 3

JUDICIÁRIO

Flávio Dino critica "PEC da Bengala"

A aprovação da PEC 457/2005, conhecida como 'PEC da Bengala', que aumenta o limite da aposentadoria compulsória de 70 para 75 anos, foi criticada pelo governador Flávio Dino. A PEC foi aprovada na última quarta-feira (4), em primeiro turno, pela Câmara Federal.

O governador Flávio Dino considera que aumentar em cinco anos a aposentadoria compulsória de magistrados imobiliza a carreira e impede a oxigena-

ção jurisprudencial dos tribunais. Além disso, destaca que a aprovação da PEC é contrária à lógica republicana, pois representa um obstáculo à modernização no ambiente do Judiciário.

De acordo com o governador, apenas motivações políticas levaram à aprovação da PEC 457/2005. "Nada justifica que alguém, por mais genial e brilhante que seja, exerça uma função eterna nos tribunais superiores.

Isso é intolerável", afirmou.

Flávio Dino, que já foi liderança associativa ao presidir a Associação dos Juizes Federais quando do exercício da Magistratura, se mostrou um grande entusiasta da força do associativismo: "creio que a mobilização da Magistratura conseguirá impedir a aprovação da PEC em segundo turno".

A insatisfação com a aprovação da PEC da Bengala também foi destacada pelo presidente

da AMMA, juiz Gervásio Santos. Segundo ele, a aprovação da matéria em primeiro turno na Câmara Federal teve fins casuísticos e sem a necessária análise das suas consequências na prestação jurisdicional.

"O Poder Judiciário, diferente dos demais Poderes, não se submete à renovação eleitoral, a sua oxigenação decorre das aposentadorias dos seus membros", disse Gervásio.

TJ suspende decisão contra o prefeito Gil Cutrim

O Tribunal de Justiça do Maranhão, através da sua 5ª Câmara Cível, tornou sem efeito decisão do juiz da 1ª Vara Cível de São José de Ribamar, Jamil Aguiar da Silva, que, no mês passado, havia determinado o bloqueio dos bens do prefeito Gil Cutrim. Página - 3

Tribunal de Justiça suspende decisão contra o prefeito Gil Cutrim

O Tribunal de Justiça do Maranhão, através da sua 5ª Câmara Cível, tornou sem efeito decisão do juiz da 1ª Vara Cível de São José de Ribamar, Jamil Aguiar da Silva, que, no mês passado, havia determinado o bloqueio dos bens do prefeito Gil Cutrim.

A decisão de Aguiar atendeu uma Ação Civil Pública movida pela promotora de Justiça, Elisabeth Albuquerque, na qual sugere ter havido "irregularidades" na contratação de uma empresa que concluiu, utilizando recursos de convênio firmado com o estado, a obra de construção da arquibancada coberta do Estádio Municipal Dário Santos, localizado na sede do município e que figura, hoje, como uma das principais praças esportivas da Grande Ilha.

Em seu despacho, o relator do processo, desembargador Raimundo Barros, afirmou não vislumbrar "periculum in mora para o juízo ter decretado o bloqueio de bens do prefeito, visto que, o mesmo não está no fim do mandato; não está dilapidando seus bens ou mesmo transferindo-os como forma de



frustrar a recomposição do erário caso seja julgada procedente a ação de base. Neste momento processual, não é possível se vislumbrar indícios da prática da grave conduta apontada pelo Ministério Público", afirmou o desembargador.

"É precipitado manter a decisão que decretou o bloqueio dos bens, visto que, não ficaram demonstrados os requisitos autorizadores da liminar perante o juízo de base, posto que o referido juízo de base sequer recebeu de modo inicial a Ação de

Improbidade Administrativa, nem mesmo mandou citar os requeridos para que os mesmos pudessem se manifestar nos autos processuais. Ainda vale mencionar que o agravante [prefeito] apresentou processo licitatório colacionado aos presentes autos processuais como forma de rebater as alegações ministeriais", completou Barros.

É importante destacar que a decisão do desembargador beneficia, ainda, o secretário municipal de Obras, Habitação e Serviços Públicos, André Franklin Duailibe da Cos-

ta; os membros da Comissão Central de Licitação, Freud Norton Moreira dos Santos (presidente), Cláudia Regina Furtado Vieira e Gissele Chaves Baluz; e os proprietários da Blume Engenharia LTDA, Rafael Blume de Almeida e Antônio Blume de Almeida, que também tiveram os bens bloqueados à pedido do juiz de São José de Ribamar.

Restabelecendo a verdade – Gil Cutrim avaliou a decisão do TJ como o restabelecimento da verdade dos fatos. O prefeito voltou a afirmar que a licitação para contratação da empresa ocorreu de forma transparente e atendendo todos os requisitos estabelecidos em lei.

"Sempre estive tranquilo com relação a essa situação e tinha certeza, e fé em Deus, que a verdade seria restabelecida. O que me deixa satisfeito mesmo é ver o Dário Santos funcionando a todo o vapor, a torcida lotando o estádio e desfrutando de uma praça esportiva bem equipada e que é a casa do nosso São José de Ribamar Esporte Clube, o Peixe Pedra", disse o prefeito.

TJMA lança campanha "Justiça pela paz em casa"

A Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, e a ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), lançam, nesta terça-feira (10), às 9h, no Salão Nobre do Tribunal de Justiça do Maranhão, a campanha nacional "Justiça pela paz em casa". A campanha, idealizada pela ministra do STF, se estenderá até 13 de março. O objetivo é garantir celeridade na solução de processos criminais e cíveis que tramitam na Justiça estadual, nos quais a mulher é vítima ou parte interessada.

ARAIOSSES

Câmara dos Vereadores não pode proibir acesso de jornalistas

É ilegal a medida que proíbe a entrada de jornalistas na Câmara Municipal de Araioses, cujo presidente fugiu da razoabilidade ao solicitar força policial para impedir o acesso da imprensa às dependências e ao plenário de sessões daquela Casa Legislativa. O entendimento é da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Para o desembargador Lourival Serejo – relator do processo no colegiado – não foram apresentadas provas consistentes que justifiquem o posicionamento da Câmara em proibir, de forma impositiva, a atuação dos profissionais de jornalismo no Legislativo Municipal, que sequer comprovou a existência de qualquer votação para deliberar acerca do fechamento das sessões à imprensa.

Para o magistrado, a medida não tem respaldo legal no ordenamento jurídico, tendo em vista que, em regra, as sessões da Câmara Municipal devem ser abertas ao público, considerando que o fechamento só deve ocorrer de forma excepcional, apenas na hipótese de existência de motivo relevante de preservação da corporação parlamentar. *(Ascom TJMA)*

***TJMA suspende
decisão contra
prefeito Gil
Cutrim***

PÁGINA 3 [C1]

TJMA suspende decisão contra prefeito Gil Cutrim

O Tribunal de Justiça do Maranhão, através da sua 5ª Câmara Cível, tornou sem efeito decisão do juiz da 1ª Vara Cível de São José de Ribamar, Jamil Aguiar da Silva, que, no mês passado, havia determinado o bloqueio dos bens do prefeito Gil Cutrim.

A decisão de Aguiar atendeu uma Ação Civil Pública movida pela promotora de Justiça, Elisabeth Albuquerque, na qual sugere ter havido "irregularidades" na contratação de uma empresa que concluiu, utilizando recursos de convênio firmado com o estado, a obra de construção da arquibancada coberta do Estádio Municipal Dário Santos, localizado na sede do município e que figura, hoje, como uma das principais praças esportivas da Grande Ilha.

Em seu despacho, o relator do processo, desembargador

Raimundo Barros, afirmou que neste momento processual, não é possível se vislumbrar indícios da prática da grave conduta apontada pelo Ministério Público. "É precipitado manter a decisão que decretou o bloqueio dos bens", disse.

A decisão do desembargador beneficia, ainda, o secretário municipal de Obras, Habitação e Serviços Públicos, André Franklin Duailibe da Costa; os membros da Comissão Central de Licitação, Freud Norton Moreira dos Santos (presidente), Cláudia Regina Furtado Vieira e Gissele Chaves Baluz; e os proprietários da Blume Engenharia LTDA, Rafael Blume de Almeida e Antônio Blume de Almeida, que também tiveram os bens bloqueados à pedido do juiz de São José de Ribamar.

Gil Cutrim avaliou a decisão do TJ como sendo "o restabelecimento da verdade dos fatos". O prefeito voltou a afirmar que a licitação para contratação da empresa ocorreu de forma transparente e atendendo todos os requisitos estabelecidos em lei.

▲ SOBE

A juíza Denise Pedrosa Torres, titular da 1ª Vara de Zé Doca, editou portaria na qual institui no âmbito da Delegacia Regional de Zé Doca, a remição de pena através da leitura. É o projeto “Leitura Liberta”, que possibilita ao preso a redução de sua pena através da leitura.

Flávio Dino critica aprovação da PEC da Bengala em solenidade da AMMA

A aprovação da chamada 'PEC da Bengala', que aumenta o limite da aposentadoria compulsória de 70 para 75 anos, foi criticada pelo governador Flávio Dino, durante a solenidade de posse da nova Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), na última sexta-feira. A PEC foi aprovada na última quarta-feira (4), em primeiro turno, pela Câmara Federal.

PÁGINA 3 [C1]

Flávio Dino critica aprovação da PEC da Bengala em solenidade da AMMA

A aprovação da chamada 'PEC da Bengala', que aumenta o limite da aposentadoria compulsória de 70 para 75 anos, foi criticada pelo governador Flávio Dino, durante a solenidade de posse da nova Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), na noite desta sexta-feira. A PEC foi aprovada na última quarta-feira (4), em primeiro turno, pela Câmara Federal.

O governador Flávio Dino considera que aumentar em cinco anos a aposentadoria compulsória de magistrados imobiliza a carreira e impede a oxigenação jurisprudencial dos tribunais. Além disso, destaca que a aprovação da PEC é contrária à lógica republicana, pois representa um obstáculo à modernização no ambiente do Judiciário.

De acordo com o governador, apenas motivações políticas levaram à aprovação da PEC 457/2005. "Nada justifica que alguém, por mais genial e brilhante que seja, exerça uma função eterna nos tribunais superiores. Isso é intolerável", afirmou.

Flávio Dino, que já foi lide-

rança associativa ao presidir a Associação dos Juizes Federais quando do exercício da Magistratura, se mostrou um grande entusiasta da força do associativismo: "creio que a mobilização da Magistratura conseguirá impedir a aprovação da PEC em segundo turno".

A insatisfação com a aprovação da PEC da Bengala também foi destacada no discurso do presidente da AMMA, juiz Gervásio Santos, durante a solenidade de posse. Segundo ele, a aprovação da matéria em primeiro turno na Câmara Federal teve fins casuísticos e sem a necessária análise das suas consequências na prestação jurisdicional.

"O Poder Judiciário, diferente dos demais Poderes, não se submete à renovação eleitoral. A sua oxigenação decorre das aposentadorias dos seus membros", disse Gervásio.

Ele fez um agradecimento aos deputados federais maranhenses que votaram contra a PEC e aos que se abstiveram, fazendo um apelo àqueles que votaram pela aprovação da matéria para que repensem a questão quando do segundo turno de votação.

SÃO LUÍS

Vara Especial da Mulher divulga pesquisa sobre violência doméstica

Coroadinho aparece como o bairro no qual houve o maior número de casos de agressão

A Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar de São Luís divulgou ontem (9) o resultado da pesquisa social que mostra o perfil das vítimas e os bairros de maior incidência de casos, além de apontar quem são os principais agressores. A divulgação dos dados integra a campanha nacional "Justiça pela Paz em Casa", que na capital maranhense também inclui um mutirão com 93 audiências referentes a processos judiciais envolvendo casos de violência contra a mulher. A ação será realizada até sexta-feira (13).

O juiz titular da Vara Especial da Mulher, Nelson de Moraes Rêgo, explica que a pesquisa, realizada por uma equipe multidisciplinar, analisou 34% dos processos em tramitação naquela unidade, no período de janeiro a abril de 2014, relativos somente a casos de medidas protetivas de urgência, no total de 414 ações judiciais.

Atualmente, tramitam na vara cerca de cinco mil processos, dos quais 473 foram distribuídos somente em 2015. Segundo o magistrado, o que leva à violência na maioria dos casos é o inconformismo do agressor pelo fim de um relacionamento. "O desafio de por fim à violência doméstica e familiar contra a mulher é gigante e exige ações e esforços nas mesmas proporções", afirmou Nelson de Moraes Rêgo.

RESULTADO – Segundo a pesquisa, 36% das mulheres em situação de violência, representantes nos processos analisados, tinham entre 26 e 34 anos de idade; 60% eram solteiras, 20% casadas e 15% declararam estar em um relacionamento de união estável.

O estudo também mostra que 24,2% eram donas de casa, 11,11% empregadas domésticas e 5,1% comerciárias. Os dados apontam ainda que 55% tiveram filhos com o agressor. Entre as vítimas, 91% eram maranhenses. A pesquisa também indica que os principais bairros de moradia dessas mulheres são Coroadinho (com 6,3%), seguido do Anjo da Guarda (4,1%) e São Francisco/Ilhinha (2,9%).

Quanto ao perfil do agressor, os dados revelam que a faixa etária com maior incidência permanece de 26 a 34 anos, com 29,5% dos casos; 61% são solteiros, 20% casados e 13% vivem em união estável. A pesquisa mostra ainda que em 64,5% dos processos foi identificado o exercício de alguma atividade remunerada pelo agressor, sendo as profissões com percentuais mais expressivos as de pedreiro (9,4%), motorista (6,3) e autônomo (4,1%).

Em relação ao tipo de violência contra a mulher, 34,4% são de violência psicológica; 29,2% moral (injúria, difamação) e 24% violência física com lesão corporal. Outro dado mostra que 71% dos casos ocorreram dentro de casa, sendo que houve uso de arma branca (facas e outros objetos perfuro cortantes) em 74% das situações.

O estudo aponta também que 69% das denúncias que chegam à Justiça são originárias da Delegacia Especial da Mulher; 21% de outras instituições; 10% da Casa de Referência da Mulher; 7%, Defensoria Pública; e 6% originadas na própria Vara Especial da Mulher. Os dados revelam ainda que 27,5% das medidas protetivas solicitadas pelas vítimas têm por objetivo

o distanciamento do agressor, seguida da proibição de manter contato (26,7%) e proibição de frequentar determinados locais como a residência e local de trabalho da vítima (24%). Em 89% dos casos, os processos geraram sentenças, decisões inibitórias.

MOTIVO – O inconformismo com o fim do relacionamento continua aparecendo como o principal motivador para a prática da violência, pontuando 26,3%, seguido de problemas decorrentes do uso abusivo e dependência de álcool e outras drogas (18,1%) e do ciúme 13,3%. O maior percentual, entretanto, foi alcançado por "outros motivos", com 34,9%.

Outro dado revelador é que em 33% dos casos foi apontado o uso abusivo de álcool e em 19% o uso de drogas. Também verificou-se que 40,1% dos agressores eram ex-companheiros das vítimas, enquanto 17,1% eram companheiros e 12,3% esposos.

Integram a equipe responsável pela pesquisa, além o juiz Nelson de Moraes Rêgo, as assistentes sociais Danyelle Biten-court, Joseane Abrantes e Maria José Alves e o psicólogo Raimundo Ferreira Filho.

ENTRAVES – Nelson Rêgo ainda destaca que para romper com a cultura da violência contra a mulher é preciso uma articulação do Judiciário com outras áreas de atuação do poder governamental, a exemplo das políticas públicas de segurança, saúde e educação.

MUTIRÃO – O esforço concentrado para a realização das audiências ao longo desta semana envolve cinco juízes, oito oficiais de Justiça, defensores públicos, advogados e promotores de Justiça, além da equipe de servidores do Fórum de São Luís.

As audiências ocorrem simultaneamente em cinco salas, localizadas no 5º e 7º andares do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau). Atuam no mutirão os magistrados Nelson Rêgo, Gustavo Henrique Silva, Andréa Cysne Frota, Maricélia Costa, Luiz Carlos Licar, além do coordenador juiz Júlio Prazeres.

DIVULGAÇÃO



Equipe multidisciplinar da Vara da Mulher apresenta resultado de pesquisa sobre violência doméstica em São Luís